

ENTRE VOZES: HISPANOHABLANTES EM UMA ESCOLA DIVERSA: ACOLHIMENTO, INTERCULTURALIDADE E DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO

REGIANNE CRUZ ALKMIM[1]

A presença de estudantes migrantes internacionais nas escolas públicas brasileiras amplia a diversidade linguística e cultural e impõe desafios relacionados ao acolhimento, à comunicação, à participação e à garantia do direito à aprendizagem. Nesse contexto, este trabalho apresenta a experiência do projeto "Entre Vozes: hispanohablantes em uma escola diversa", desenvolvido na EMEF Érico Veríssimo, no âmbito do Programa Mais Educação São Paulo. A problemática que orienta a experiência relaciona-se às barreiras linguísticas e culturais vivenciadas por estudantes migrantes, especialmente hispanohablantes, que podem interferir em sua participação escolar, nas relações com professores e colegas e no acesso aos conhecimentos dos diferentes componentes curriculares. A unidade escolar possui 13 matrículas de estudantes migrantes internacionais, sendo 12 hispanohablantes, o que evidencia a necessidade de práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade linguística como elemento constitutivo da escola. Parte-se da compreensão de que o acolhimento não deve ser uma ação pontual ou responsabilidade exclusiva dos estudantes migrantes, mas um compromisso coletivo da comunidade escolar. Essa perspectiva está articulada às orientações municipais para o atendimento de povos migrantes e às políticas de inclusão e participação no contexto educacional (São Paulo, [s.d.]). Também se relaciona à Política Municipal para a População Imigrante, instituída pela Lei nº 16.478/2016, que estabelece princípios voltados à garantia de direitos e à promoção da igualdade (São Paulo, 2016a).

O objetivo geral do projeto é desenvolver a comunicação em língua espanhola em situações escolares e cotidianas, promovendo acolhimento, participação, valorização das

identidades culturais e respeito aos direitos humanos. Busca-se favorecer interações entre estudantes migrantes e brasileiros, ampliar possibilidades de comunicação multilíngue, fortalecer o sentimento de pertencimento e sensibilizar a comunidade escolar para práticas inclusivas e não xenofóbicas. A linguagem é compreendida para além de sua dimensão instrumental, como elemento de interação, identidade e participação social, em diálogo com competências relacionadas à comunicação, à empatia, à cooperação, ao respeito à diversidade e à cidadania previstas na Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018).

O projeto teve início em agosto de 2025 e permanece em desenvolvimento em 2026, envolvendo estudantes do Ensino Fundamental I e II. A metodologia é presencial, participativa e interdisciplinar, com encontros semanais de aproximadamente uma hora e trinta minutos. As atividades são organizadas a partir de situações concretas de comunicação e incluem rodas de conversa, narrativas orais, jogos pedagógicos, dramatizações, aprendizagem entre pares, leitura e produção textual, pesquisas, atividades culturais, práticas bilíngues e recursos tecnológicos. As propostas culturais envolvem música, artes visuais, literatura, cultura alimentar, festas e costumes latino-americanos, possibilitando que os estudantes compartilhem conhecimentos, memórias e experiências. A interdisciplinaridade articula o ensino do espanhol a áreas como História, Geografia e Arte, abordando processos migratórios, trajetórias históricas, características territoriais e manifestações culturais. Assim, o estudante migrante é reconhecido como sujeito de conhecimentos e participante ativo do processo educativo. A proposta também se relaciona à educação em direitos humanos e ao enfrentamento do racismo e da xenofobia, compreendendo a escola como espaço de respeito, equidade e convivência democrática (São Paulo, [s.d.]).

Além das atividades com os estudantes, são realizadas ações de formação continuada com os professores, incluindo oficinas de língua espanhola nos horários coletivos, compartilhamento de experiências e elaboração de materiais visuais e bilíngues para apoiar a comunicação cotidiana. Essa dimensão contribui para ampliar o repertório docente e incorporar o acolhimento às práticas institucionais. O Decreto nº 57.533/2016, que regulamenta a Política Municipal para a População Imigrante, integra o conjunto normativo relacionado à garantia de direitos e à integração da população imigrante (São Paulo, 2016b).

Os resultados observados indicam avanços nas dimensões linguística, comunicativa, social e socioemocional. Os estudantes ampliam possibilidades de escuta, oralidade, leitura e produção textual em espanhol e português e passam a utilizar a linguagem em situações concretas de interação. Também são observados maior participação, fortalecimento do sentimento de pertencimento, cooperação, empatia e respeito às diferenças. Entre os adolescentes, destacam-se o protagonismo, a autonomia e a reflexão sobre identidade, migração, diversidade e direitos humanos. No Ensino Fundamental I, as atividades favorecem a oralidade, a escuta e a curiosidade diante de outras culturas. Nos Conselhos de Classe e demais momentos avaliativos, os docentes relatam avanços na participação e no desempenho dos estudantes migrantes, especialmente com a redução das barreiras de comunicação. As ações formativas também contribuem para maior segurança dos professores no atendimento aos estudantes hispanohablantes. Outro resultado relevante foi o mapeamento dos estudantes migrantes da unidade e a ampliação das discussões sobre migração, diversidade, inclusão, racismo e xenofobia nos espaços formativos da escola.

A experiência evidencia que o ensino da língua espanhola pode assumir uma dimensão pedagógica, social e política quando articulado à valorização das identidades e à promoção dos direitos humanos. A proposta também dialoga com a Agenda 2030, especialmente com o ODS 4 – Educação de Qualidade, o ODS 10 – Redução das Desigualdades e o ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, ao promover práticas educativas inclusivas, equitativas e comprometidas com a convivência democrática (Organização das Nações Unidas, 2015). Conclui-se que o “Entre Vozes” ultrapassa a perspectiva de ensino de uma língua estrangeira e constitui uma experiência de educação intercultural, inclusão e promoção de direitos. A redução das barreiras linguísticas favorece a participação e a aprendizagem dos estudantes migrantes, enquanto a formação docente, o trabalho interdisciplinar, as práticas bilíngues e a participação dos estudantes fortalecem a transformação da cultura escolar. A continuidade do projeto apresenta potencial para ampliar as práticas interculturais e consolidar a escola como espaço de encontro entre diferentes línguas, culturas e trajetórias, no qual a diversidade seja reconhecida como elemento de enriquecimento dos processos de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Interculturalidade; Migração; Multilinguismo; Equidade; Xenofobia.

[1] **Nota de rodapé:** A autora declara a utilização de ferramenta de Inteligência Artificial Generativa exclusivamente para revisão e aprimoramento linguístico e estilístico e organização textual, mantendo sob sua responsabilidade a autoria, a análise, as informações apresentadas e a versão final submetida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: Nações Unidas, 2015.

SÃO PAULO (Município). **Decreto nº 57.533, de 15 de dezembro de 2016**. Regulamenta a Lei nº 16.478, de 8 de julho de 2016, que institui a Política Municipal para a População Imigrante. São Paulo, 2016b.

SÃO PAULO (Município). **Lei nº 16.478, de 8 de julho de 2016**. Institui a Política Municipal para a População Imigrante. São Paulo, 2016a.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Orientações Pedagógicas: Povos Migrantes**. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, [s.d.].